

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

**O Jornalista e o Político Carlos Lacerda nas
Crises Institucionais de 1950-1955**

Marcio de Paiva Delgado
Mestrando em História - UFJF

Entre 1950 e 1964, no chamado “Período Democrático”, o Brasil sofreria inúmeras crises institucionais que colocariam em questão a Constituição de 1946. Para fins desse artigo, nós iremos nos concentrar nos anos de 1950 a 1955. Neste período, o jornalista e político Carlos Lacerda assumiria nacionalmente o papel de um dos principais opositores (se não o maior) a Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos. Tal oposição não pouparia nenhum ataque pessoal contra seus opositores, críticas e denúncias, e até campanhas abertas de Golpes Militares em seu jornal para erradicar qualquer traço de “populismo” no Brasil.¹ Julgamos ser nesse período que Carlos Lacerda se tornaria famoso nacionalmente, assumindo assim posição de liderança dentro da UDN, e fundaria através de seu jornal movimento *lacerdista* que chegaria aos anos 60 como o mais influente dentro da UDN, e que seria um dos principais apoiadores do Golpe de 1964. Buscamos perceber o discurso *lacerdista* no jornal para influir na opinião pública, e a construção de um discurso golpista para grupos de pressão. O jornal *Tribuna da Imprensa* foi, portando, transformado “num púlpito de um jornalista-político”.²

CARLOS LACERDA “NA TRIBUNA DA IMPRENSA” NO GOVERNO DUTRA

A candidatura vitoriosa de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) recebera apoio velado de Getúlio Vargas e do aparelho estatal formado no Estado Novo. A efusiva e apaixonada campanha da UDN sofrera uma amarga e frustrante derrota. A coligação PSD e PTB, aliada com o *tertius* Yeddo Fiúza do PCB (segundo leitura da UDN) garantiu com folga a vitória dos getulistas. Entretanto, a despeito do rearranjo das forças que compunham a Ditadura, a UDN acabou por aceitar (com protestos de vários membros, dentre eles, Arthur Virgílio de Melo

¹ DULLES, John W. **Carlos Lacerda, a vida de um lutador**. Vol.1. RJ: Nova Fronteira, 1992, p. 125-260.

² LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer, o corvo e o bessarabiano**. SP: Senac, 1998, p. 152.

Franco e Carlos Lacerda) um acordo entre os principais partidos políticos para que fosse mantido um clima de governabilidade nesse momento de transição.³

No início de 1946, começaram os trabalhos na Assembléia Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição. Carlos Lacerda foi encarregado pelo jornal *Correio da Manhã* de cobrir os trabalhos da nova constituinte. Em sua coluna diária chamada *Na Tribuna da Imprensa*, Lacerda começava uma série de ataques violentos contra os Comunistas do PCB e contra os aliados de Getúlio Vargas, dentre eles o próprio Presidente. Nos artigos, a amargura e a inconformismo pela derrota do Brigadeiro é clara:

*Mas as razões pelas quais combatíamos o governo do Sr. Getúlio Vargas subsistem - inclusive pela sobrevivência do próprio Senhor Getúlio. Se agora o arbítrio e a incompetência estão legitimados, nem por isto devem ser aceitos. O dever da oposição é hoje ainda mais sério do que dantes. Pois se antes havia a esperança da reforma pela eleição, hoje sabemos todos que nem a eleição pode mais, por si mesma, livrar este país dos resíduos fascistas que o envenenam e o corrompem.*⁴

Também são constantes suas referências ao “erro do povo” em relação à eleição de Dutra, já que esta estava contaminada pela herança do Estado Novo:

*Temos de enfrentar com seriedade este problema: foi o povo culpado do erro de 2 de dezembro? É claro que não. Não se poderia esperar que depois de praticamente 15 anos sem eleições, e de toda uma década de desmoralização, propaganda envenenada, corrupção e medidas opressivas, o povo saísse à rua com plena consciência dos seus direitos e inteira percepção dos melhores meios de atingir a maioria política.*⁵

Conjugando ataques violentos aos *queremistas* e aos comunistas, Lacerda também demonstra descrença na nova Constituição em discussão já que ela é discutida em sua maioria por um “ajuntamento de sardinhas que viaja nas costas do cetáceo de São Borja”.⁶ Segundo Lacerda, o Estado Novo teria “embrutecido” e “emasculado” a população brasileira transformando a redemocratização num jogo marcado e viciado, tendo como resultado uma simples continuação da Ditadura por meio das eleições: “O que é hoje o Governo Dutra senão o de Getúlio coonestado pelas eleições?”⁷ A urgente necessidade de se constituir uma força democrática, vigilante e radical, contra a continuação do “trabalhismo getuliano” é um tema recorrente em seus artigos. Tal postura radical contra o governo Dutra, seguindo a linha do

³ Idem, p. 69.

⁴ BRAGA, Sergio. **Carlos Lacerda. Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 149.

⁵ Idem, p. 155.

⁶ Idem, p. 80.

⁷ Idem, p. 165.

Deputado Otávio Mangabeira, Carlos Lacerda entraria em conflito com a própria UDN quando do Acordo Inter-partidário (PSD/PTB, UDN e PR) que buscava dar apoio e sustentação ao governo federal. Portanto, os “adesistas” ou “chapas brancas” da UDN também seriam atacados por Lacerda:

*O povo que queria apoiar o sr. Dutra votou no PSD. O povo da UDN não confiou no sr. Dutra. Não podem, portanto, os seus representantes confiar mais do que os eleitores que negaram a esse senhor - a nosso ver com justíssimas razões - o voto que deram ao brigadeiro.*⁸

A despeito da radical oposição em relação à bancada comunista, é importante ressaltar o posicionamento contrário de Carlos Lacerda em relação à cassação do registro do PCB em 1947 e a posterior cassação dos mandatos dos seus membros em janeiro de 1948. Entretanto, Lacerda defendia que os comunistas fossem afastados de cargos civis e militares, o que representaria a necessidade de um atestado de ideologia, algo bem insólito para um defensor de um regime democrático.⁹

O JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1950

Durante a longa e polêmica discussão sobre a exploração e refino do petróleo no Brasil já no governo Dutra, Lacerda foi demitido do jornal *Correio da Manhã* em maio de 1949 em função a vários artigos agressivos contra Grupo Soares Sampaio, cuja família era amiga íntima de Paulo Bittencourt, proprietário do jornal. Em 27 de dezembro no mesmo ano nasce o Jornal *Tribuna da Imprensa* graças a uma grande mobilização de políticos udenistas, católicos conservadores como Gustavo Corção e...

*[...] de grupos empresariais vinculados ao capital externo ante o nacionalismo que começava a tomar conta de setores do Exército e da própria burguesia industrial, e que conseguiria paralisar a tramitação de um projeto governamental que garantiria participação de investimentos estrangeiros na exploração do petróleo.*¹⁰

Quando da aproximação do pleito presidencial de 1950, havia uma grande movimentação dentro (e fora) da UDN contra a candidatura do então Senador Getúlio Vargas. Como mostra Maria Vitória Mesquita Benevides:

Ataques virulentos viriam, quotidianamente, do jornalista Carlos Lacerda; este se torna - dentro da UDN e fora dela - a encarnação militante do

⁸ Idem, p. 148.

⁹ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Op. Cit.*, p.94.

¹⁰ Idem, p. 101.

antigetulismo, nada poupando a figura de Getúlio Vargas, a quem se referia em termos bem distantes da tradicional elegância dos bacharéis udenistas: "Esse traidor profissional aí está (...) morrerá algum dia de morte convulsa e tenebrosa. Pois ninguém como ele para morrer de morte indigna, da morte de mãos aduncas em busca do Poder, ó pobre milionário de Poder, ó insigne tratante, ó embusteiro renitente! Ele louva e lisonjeia um povo que, de todo o seu ser, ele despreza. Ele não tem com o povo senão a mesma relação que teve com esse mesmo povo a tuberculose, a febre amarela, a sífilis. É uma doença social, o getulismo". (Tribuna da Imprensa, 12/8/1950).¹¹

Através do jornal Lacerda atacava Vargas com ameaças de uma Guerra Civil iminente caso este fosse reeleito:

Uma vitória do brigadeiro não dividiria senão pacificamente a nação. Não há inimigos, aí, há unicamente adversários. Uma vitória do sr. Getúlio Vargas seria [...] a divisão do Brasil em duas partes: a parte dos que aclamariam a volta da traição, até que se desenganassem tardiamente, e a parte, também numerosa, dos que não se conformariam com essa situação - e iriam às armas, e impediriam pelas armas se necessário, a volta do sr. Getúlio Vargas ao poder.¹²

Poucos meses antes, Lacerda no jornal defendia a quebra das regras do jogo constitucional e sentenciava:

O Sr. Getúlio Vargas senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.¹³

A Justiça eleitoral passaria a ser alvo dos ataques por registrar a candidatura de Getúlio Vargas.¹⁴ Percebe-se, portanto, que Carlos Lacerda construía, através de seu jornal, um discurso ao leitor: "O golpe em nome da democracia". Como a democracia vigente era cliente do getulismo, o golpe não seria encarado como um ataque à "verdadeira democracia", e sim o seu defensor. Neste contexto, o discurso golpista de Carlos Lacerda era voltado contra tudo àquilo que Getúlio Vargas representava. Lacerda aos poucos se identificaria dentro da UDN com a ala mais radical, se afastando dos "bacharéis" e dos "históricos".¹⁵ Apesar dos ataques, as eleições de 3 de outubro de 1950 deram a vitória ao Getúlio Vargas com 48,7% dos votos (que contou ainda com o apoio do PSD que abandonara seu candidato, Cristiano Machado). Apesar de esperada, a nova derrota provoca um sentimento de frustração maior do que em

¹¹ BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita. *Op. Cit.*, p. 81.

¹² MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Op. Cit.*, p.115.

¹³ Tribuna da Imprensa, 01/06/1950.

¹⁴ DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. *Op. Cit.*, p. 102.

¹⁵ Eram aqueles tidos como os fundadores históricos da UDN. Políticos de tradição liberal, muitos deles signatários do "Manifesto dos Mineiros", que reclamavam para si a herança liberal do tempo do Império de Teófilo Otoni, e de Rui Barbosa na Primeira República.

1945. Desta vez os "intransigentes" (que foram contra o acordo Inter-partidário) exigem uma tomada de posição contra a posse de Getúlio. Os "intransigentes", dentre eles Carlos Lacerda, inconformados, reviviam o velho discurso das elites autoritárias e conservadoras: assumir para si a "arrumação da casa". A eleição do ex-ditador fez com que passassem a duvidar cada vez mais da democracia: se Getúlio fora eleito pelo voto popular, "o povo errou". Tinha, portanto, o início de uma prática udenista: a contestação dos resultados eleitorais.¹⁶

Ainda no mês de outubro, a UDN começaria uma campanha na imprensa e luta na Justiça Eleitoral, através de um recurso, contra a diplomação de Getúlio Vargas. Esta seria a tese da "maioria absoluta". Lacerda reproduziria a tese udenista em seu jornal ao defender uma nova eleição entre Vargas e o Brigadeiro Eduardo Gomes, segundo colocado nas eleições. Como retrata Otávio Dulce: "Simultaneamente, a imprensa anti-populista, em coro com os membros mais impetuosos da UDN, dava curso a uma campanha cerrada contra Vargas, acusando-o de pretender reconstituir a ditadura de que fora deposto".¹⁷ Em suas memórias, Lacerda voltaria ao assunto da "maioria absoluta", a descrença na Constituição de 46, e o conflito com os "bacharéis" da UDN:

*[...] defendi a tese de que é preciso: primeiro, reformar a legislação eleitoral; segundo, desmontar a máquina da ditadura; depois, convocar as eleições. Convocar eleições em cima disso é apenas coonestar a volta da ditadura com o voto popular. Coisa que se deu depois com o Perón. Mas explicar isso aos juristas da UDN era coisa inviável, porque eles tinham do direito uma concepção puramente estática, isto é, eram incapazes de conceber um "direito político", isto é um direito dinâmico. Para eles aquilo era sagrado. Não, agora é voto, então é voto". Depois tentavam inventar fórmulas. Depois que perdiam eleição, diziam para a gente assim: "Vamos fazer uma campanha pela maioria absoluta. Só quem ganhar com maioria absoluta é que ganha". Eu reclamei: "Agora, depois da eleição? Eu vou defender. Mas é uma tese estúpida e perdida de antemão. Então o sujeito já ganhou e você muda a regra do jogo depois do jogo? Como é?" Era tudo inviável. Quem ia resistir a uma vitória daquelas?*¹⁸

Ainda sobre os desdobramentos da tentativa de impedir a posse de Vargas, Dulci conclui:

[...] houve apelos da UDN para as Forças Armadas, que, no entanto, não se mostraram sensíveis às razões argüidas contra o presidente eleito. O esquema militar pró-Vargas se havia fortalecido com a vitória dos nacionalistas para o Clube Militar, poucos meses antes, e era firme a disposição legalista de Dutra e dos principais chefes militares. Os generais Góes Monteiro, Estillac Leal e Zenóbio da Costa pronunciaram-se incisivamente

¹⁶ BENEVIDES, Maria Vitória Mesquita, *Op. Cit.*, p. 82.

¹⁷ DULCI, Otávio. *Op. Cit.*, p. 105.

¹⁸ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. RJ: Nova Fronteira, 1978, p. 102.

*pelo respeito à vontade popular manifestada nas urnas. Por fim, em dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral proclamou a eleição de Vargas e de Café Filho. Não subsistia, portanto, a impugnação oferecida por Baleeiro [Aliomar Baleeiro, líder da UDN no congresso], que, do ângulo jurídico, não correspondia ao disposto na Constituição, embora a UDN considerasse "implícito" o princípio da maioria absoluta. Sendo a Constituição omissa na matéria, o que se exigia, portanto, era a maioria simples.*¹⁹

Com a vitória de Getúlio Vargas nas urnas e no Supremo Tribunal Eleitoral, Carlos Lacerda continuaria a atacar seu governo pelo jornal e na Rádio Globo. Como a chamada “Grande Imprensa” era contrária a Getúlio Vargas, houve a necessidade de se criar um jornal de grande circulação que lhe desse apoio e combatesse as críticas vindas de outros jornais.²⁰ Em 12 junho de 1951, o jornalista Samuel Wainer, ex-patrão de Carlos Lacerda na revista *Diretrizes* em 1938, consegue publicar a primeira edição de seu jornal a *Última Hora* financiado com empréstimos do Banco do Brasil facilitado por sua ligação com Vargas. Carlos Lacerda começaria uma feroz campanha contra o proprietário do jornal, já que Wainer não era brasileiro de nascença e a constituição brasileira não permitia que estrangeiros fossem proprietários de jornais: “[...] um jornal fundado agora por um aventureiro, com dinheiro do Banco do Brasil, dizendo defender o povo, mas para melhor garantir os negócios do Sr. Ricardo Jafet²¹ e a demagogia do Sr. Getúlio Vargas [...]”.²² O fato é que em menos de dois anos, o *Última Hora* – comprometido com programa nacionalista de desenvolvimento de Getúlio Vargas – atingiria enorme tiragem²³ com edições no Rio de Janeiro e em São Paulo, e que se constituiria numa eficiente arma de propaganda a favor do governo. A intensa troca de acusações e agressões entre os dois jornais entre os anos 1951 e 1954, espelham as crises políticas e o clima irreconciliável dos grupos antagônicos envolvidos: os getulistas e os antigetulistas.

AGOSTO DE 1954 – ATENTADO, ASSASSINATO E SUICÍDIO

A derrota nas eleições de 1950 radicalizou a posição da UDN em relação ao governo. Diferente do que aconteceu com a “oposição cordial” ao governo Dutra, o governo constitucional de Getúlio Vargas sofreria uma intransigente e agressiva oposição da UDN através do grupo parlamentar “Banda de Música”, e do chamado “Clube da Lanterna” (fundado pelo jornalista Amaral Neto, de orientação lacerdista, que conseguiria milhares de sócios pelo

¹⁹ DULCI, Otávio. *Op. Cit.*, p. 105.

²⁰ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Op. Cit.*, p. 17.

²¹ Presidente do Banco do Brasil na época.

²² LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Op. Cit.*, p. 63.

²³ O jornal saltaria de 18 mil exemplares diários nos primeiros 3 meses para 141 mil em janeiro de 1953. *Idem*, p. 53.

país na luta contra Getúlio Vargas).²⁴ O breve e conturbado governo sofreria inúmeras crises. Dentre as mais agudas, em fevereiro de 1954, a questão do reajuste de 100% salário mínimo culminaria com um protesto dos militares através do “Memorial dos Coronéis” e o conseqüente afastamento do Ministro do Trabalho, João Goulart.²⁵ Novas acusações da UDN viriam à tona contra Vargas em abril de 1954. O suposto “Pacto ABC” (Argentina, Brasil e Chile) – denunciado em entrevista do ex-Ministro das Relações Exteriores João Neves de Fontoura – propunha a criação de um bloco de países latino-americanos que pudessem se opor aos EUA.²⁶ Carlos Lacerda e a Banda de Música aproveitaram a oportunidade para propor o *impeachment* do presidente no Congresso com a acusação de traição. Novamente o jornal *Tribuna da Imprensa* seria palanque político da UDN marcando posição contra Vargas junto à população e tentando diminuir sua áurea de honestidade do “pai dos pobres”. Entretanto, apesar de todas as tentativas de mobilizar a opinião pública e as forças políticas anti-getulistas, o pedido de *impeachment* foi derrotado em meados de junho já que PSDB e PTB juntos tinham votos necessários para evitar o processo.

Nas últimas semanas do governo Vargas até o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954, o jornal de Carlos Lacerda radicalizava seus ataques contra qualquer membro da esfera de relações de Getúlio, de membros de sua família, a aliados político e até os assim chamados “chapas brancas” da UDN. Segundo Maria Gusmão:

*A derrota do impeachment mostrara aos setores anti-getulistas que todas as tentativas legais de afastar Vargas do poder seriam vãs. Restava, portanto, a alternativa da deposição pura e simples, cujo sucesso dependia da criação de um clima de total hostilidade à própria figura do presidente.*²⁷

Lacerda novamente buscava a quebra da legalidade “em nome da democracia”, já que no “mar de lama” getulista, isso jamais seria alcançado. Essa tese golpista em nome da legalidade era diariamente construída pelo seu jornal, formando aos poucos um discurso pronto e definido aos grupos simpáticos a UDN que justificariam seus métodos autoritários, e golpistas dos próximos anos até o Golpe de 1964. As várias denúncias de corrupção no governo sempre eram ligadas diretamente ao presidente Vargas. Este, sempre tratado como “ex-ditador” e “inimigo da democracia”, também era sempre representado com charges irônicas e depreciativas, ou com fotos baforando a fumaça de seu charuto para cima, o que forçaria uma imagem de arrogância e insensibilidade aos problemas do país.

²⁴ DULCI, Otávio. *Op. Cit.*, p. 122.

²⁵ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Op. Cit.*, p. 144-145.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Idem*, p. 147.

Através jornal, Lacerda também lamentava que o fato do Brigadeiro Eduardo Gomes, líder histórico da UDN, não ser um político militante limitava a sua penetração popular e facilitava a proliferação de “chapas brancas” dentro da UDN. Também atacava os partidos “governistas”, PSD e PTB, por terem como sua “liderança o Banco Brasil”, numa alusão a utilização dos créditos bancários para financiar campanhas e projetos de políticos ligados a Getúlio: “Mais uma vez o governo Vargas aplicou o seu velho lema de corruptor inveterado: criar dificuldades para negociar facilidades”.²⁸ No mesmo artigo, Carlos Lacerda alimenta o quadro de instabilidade política tocando em assuntos delicados como conflito militar e fazendo proselitismo à UDN como única guardiã da democracia:

*Enquanto existir a Oligarquia [liderada por Getúlio Vargas], a UDN será sempre o último recurso dos cidadãos, sozinha ou em coligação com outras forças políticas [...] para enfrentar a Oligarquia sem recorrer à revolução armada.*²⁹

Nas primeiras semanas de julho de 1954 o jornal estampava na primeira página várias manchetes alarmistas contra o governo, acusando-o de golpista e traiçoeiro: “Etapa final para o golpe de Estado”, “Vargas tenta afastar a UDN do Brigadeiro”, “Jango aliado dos comunistas”.³⁰ Os ataques contra Lutero Vargas também eram cada vez mais agressivos. No Editorial de 1º de Agosto de 1954, o título “Por que Lutero é ladrão”, Carlos Lacerda faz severas acusações de corrupção contra o filho do presidente. No dia seguinte, a manchete “Somos um povo honrado governados por ladrões” reconstitui um comício da UDN (Carlos Lacerda era candidato a deputado nas eleições de outubro de 54) em Volta Redonda. O artigo de Lacerda na mesma edição trazia severos ataques contra a honra pessoal de João Goulart que acabara de confirmar sua candidatura pra Senador pelo PTB no Distrito Federal.

*Esse trabalhista de “boite” arregaça as mangas da camisa para a farra, e depois, por se apresentar assim decomposto, finge amigo dos trabalhadores.*³¹

A crise de 1954 teria seu momento mais agudo no mês de agosto com o atentado a vida de Carlos Lacerda e com o suicídio de Getúlio Vargas. A versão oficial do inquérito é a seguinte: na madrugada de 5 de agosto de 1954, na porta da sua Edifício em que morava na rua Toneleiros, Carlos Lacerda, que estava acompanhado de seu filho Sérgio e do Major-aviador Rubens Florentino Vaz, sofrera uma tentativa de assassinato por dois pistoleiros. O tiroteio resultante da ação causou a morte do Major, um ferimento à bala no pé do jornalista e um na perna de um guarda municipal que se envolvera no conflito ao passar pelo local.

²⁸ Tribuna da Imprensa, 01/07/1954.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Tribuna da Imprensa, 03-04/07/1954, p.4.

³¹ Idem, 02/08/1954.

No dia seguinte ao atentado da rua Toneleiros, Lacerda atacava impiedosamente Getúlio Vargas colocando-lhe toda a culpa pelo atentado: “Um regime de corrupção e terror”, “Getúlio é o responsável intelectual”, “O governo de Getúlio Vargas é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e de loucura”.³² Os ataques não se limitavam a serem veiculados pelo jornal. Na rádio Globo havia o programa “Fala a UDN” onde Lacerda repetia seus artigos contra o governo. A reação de todos os setores da sociedade foram de repúdio ao atentado, e Lacerda usaria o jornal como porta voz desse movimento “anti-getulista” e passaria pedir abertamente a sua renúncia:

*A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; presidente da república: renuncia para salvar a República. Getúlio Vargas: deixa o poder para que o teu país, que é o nosso país, possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram. Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo.*³³

Getúlio Vargas, acuado e atacado por praticamente todos os órgãos de imprensa nacionais (com exceção do jornal a Última Hora de Samuel Weiner que poupava a pessoa do presidente) e muitos estrangeiros como *The New York Times*³⁴, não resiste à pressão e comete suicídio no dia 24 de agosto. O ato extremo, somado a divulgação da célebre “Carta Testamento”, reverteu toda onda de indignação nacional para os seus acusadores. O suicídio de Vargas conseguira reverter toda a opinião pública a seu favor, mesmo que isso não fosse a sua intenção. Lacerda e seus aliados foram hostilizados por toda cidade do Rio de Janeiro, a sede do jornal *Tribuna da Imprensa* foi atacada por populares, e Carlos Lacerda foi forçado a pedir proteção na Embaixada dos EUA e posteriormente no Cruzador Barroso da Marinha ancorado na Baía de Guanabara. A reação popular contra a UDN não se limitou apenas a esses protestos nas ruas e em vandalismo e quebra-quebra em vários pontos do país. Os resultados das eleições nacionais de 1954 foram no geral ruins para a UDN. Esta por ter recebido culpa pelo suicídio de Vargas, teve a sua bancada diminuída no Congresso e no Senado, e em vários Estados do Brasil. Contudo, Carlos Lacerda, apesar da rejeição popular, receberia os votos dos anti-getulistas, o que era mais do que suficiente para ser eleito deputado federal pela UDN no Distrito Federal.³⁵

³² Idem, 05-06/08/1954.

³³ Idem, 11/08/1954.

³⁴ MENDONÇA, Marina Gusmão de. *Op. Cit.*, p. 155.

³⁵ DULCI, Otávio. *Op. Cit.*, p. 130.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1955 – CARLOS LACERDA E A DEFESA DE UM REGIME DE EXCEÇÃO

Em meados de 1955, o então Deputado Federal Carlos Lacerda já expressava sua impaciência e desilusão com os resultados da “Revolução de 24 de Agosto” em seus discursos parlamentares e no jornal *Tribuna da Imprensa*. Lacerda também temia a “restauração”, ou seja, a volta do grupo político afastado em agosto de 54³⁶. Voltando a tese da “falsa democracia” “intoxicada” por Getúlio Vargas (e pelos trágicos acontecimentos de agosto de 1954), Lacerda defendia a suspensão das eleições de outubro por dois anos, e a instauração de um Regime de Exceção onde as forças democráticas fariam a verdadeira reforma das instituições brasileiras para que assim a “verdadeira democracia” fosse criada no Brasil.³⁷ Entretanto, com a eleições de outubro de aproximando, a UDN e os militares simpáticos a ela buscavam um candidato a presidência de “união nacional”, isto é, uma candidatura única contra as forças getulistas. O nome de Etelvino Lins, lançado em abril e com grande apoio de Carlos Lacerda não ganhou força e com a desistência do candidato, logo foi substituído pelo General Juarez Távora em dobradinha com o mineiro Milton Campos. Entrementes, a campanha de Juscelino Kubitschek pelo PDB se espalhava pelo país com a divulgação do seu Plano de Metas e seu *slogan* “50 anos em 5”. A partir daí, a UDN e os militares antigetulistas e anticomunistas, buscavam criar obstáculos ao avanço da candidatura JK. Em discurso no Clube da Aeronáutica no dia 5 de agosto de 1955 em homenagem a um ano de morte do Major Rubem Vaz, o General Canrobert, Presidente do Clube Militar e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, chamava de “pseudolegalidade” e “mentira democrática”, as eleições livres sob a influência dos acontecimentos provenientes ao suicídio de Vargas. Dando repercussão ao discurso de Canrobert (publicado na íntegra em seu jornal), Lacerda passou a defender uma série de medidas para instaurar um Regime de Exceção, e assim poder resolver a crise política.³⁸ Eram elas: a adoção do regime parlamentarista (com um militar ocupando o posto de primeiro-ministro), o adiamento das eleições para janeiro de 1956, a dissolução do Congresso e a convocação de uma nova Constituinte.³⁹ Contudo, tal campanha para a quebra da legalidade, encontraria resistência dentro da própria UDN, principalmente através do seu líder da Câmara Afonso Arinos de Mello Franco⁴⁰, que nos meses seguintes receberia várias críticas de Carlos

³⁶ BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek, desenvolvimento econômico e estabilidade política**. RJ: Paz e Terra, 1979, p. 23.

³⁷ DULLES, John W. *Op. Cit.*, p. 201-203.

³⁸ *Idem*, p. 211.

³⁹ GOMES, Eustáquio. <http://www.estadao.com.br/ext/eleicoes2002/historia/pg014.htm>. Acessado em 27/03/2005.

⁴⁰ DULLES, John W. *Op. Cit.*, p. 211.

Lacerda em seu jornal por sua postura de “iludido” pelo PSD com a mini-reforma eleitoral que estipularia uma cédula única para as eleições.⁴¹

Dando seqüência a sua radical campanha contra Juscelino Kubitschek e João Goulart (candidato a vice-presidente pelo PTB compondo assim a dobradinha PSD/PTB) entre setembro e outubro, Lacerda protagonizaria outro episódio polêmico que lhe renderia a peja de “falsário” pelos seus adversários: a “Carta Brandi”. Em 16 de setembro, o jornalista através de uma transmissão via rádio e televisão, faz a leitura de uma carta supostamente escrita pelo deputado argentino Antonio Brandi e endereçada ao ex-ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart, dois anos antes. Nessa carta, Brandi relatava o curso dos entendimentos que ambos viriam mantendo com o ditador argentino Juan Domingo Perón com o objetivo de ser implantada no Brasil uma República Sindicalista. No dia seguinte, a carta apareceria na primeira capa do *Tribuna da Imprensa*.⁴² O inquérito policial-militar instaurado pelo Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott, cuja sindicância estendeu-se a Buenos Aires, concluiu pela falsidade da carta. Entretanto, apesar de ter conseguido se inocentar da acusação de falsificação, Carlos Lacerda voltaria a atacar João Goulart insinuando que a própria carta seria uma artimanha feita pelos próprios aliados de Goulart para desmoralizá-lo.⁴³

Ainda sob o efeito da polêmica nascida da divulgação da Carta Brandi, um novo elemento ajudaria a deixar a sucessão presidencial mais conturbada. O PCB, que agia na clandestinidade de 47, declarava apoio e orientava seus militantes a fazer campanha a favor da chapa PSD/PTB. Cartazes com o busto do líder comunista Luis Carlos Prestes eram divulgados com apoio explícito a JK e Jango.⁴⁴ Prestes em entrevista: “Em 54, nós aprovamos um programa onde combatíamos qualquer candidatura à presidência da República. Era a tese do voto em branco, mais uma vez. Mas voltamos atrás e resolvemos apoiar Juscelino”.⁴⁵ Segundo a pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta⁴⁶, o anticomunismo no Brasil foi um movimento ideológico (e religioso) que sempre permeou a política nacional de forma intensa entre 1935 e 1964, tendo suas origens em 1917 com os ecos da Revolução Russa. Os anos 50 no Brasil, segundo o autor, apesar de não estar entre os principais surtos anticomunistas (1935-1937 e 1961 e 1964), estava intimamente ligado ao contexto mundial de Guerra Fria. Tradicionalmente alinhado ao EUA, o Brasil em 54 já possuía um longo histórico de propaganda anticomunista, haja vista que o PCB havia sido tirado da legalidade em 47 e as relações diplomáticas com a

⁴¹ Idem, p. 213

⁴² Idem, p. 216.

⁴³ Idem, p. 219.

⁴⁴ MORAES, Denis e VIANNA, Francisco. **Prestes, luta e autocrítica**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 240.

⁴⁵ Idem, p. 137.

⁴⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em **Guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil. (1917-1964)**. São Paulo: FAPESP. 2002.

URSS, suspensas. Portanto, qualquer ligação ou simpatia de algum partido ou político pelo comunismo, era automaticamente motivo para uma feroz oposição e ataques pelos setores mais conservadores. Dentre esses, a UDN era um dos maiores opositores, e Carlos Lacerda, um dos principais contundentes adversários. Dentre os principais aliados de Lacerda no anticomunismo radical, estavam o jornalista Amaral Netto (também colaborador do *Tribuna da Imprensa*) fundador do reacionário e anticomunista *Clube da Lanterna* (aproveitando a onda lacerdista no Distrito Federal – a lanterna era o símbolo da *Tribuna da Imprensa*); e o Almirante Carlos Penna Botto, fundador da Cruzada Brasileira Anticomunista em 1952, que acabaria se tornando figura anedótica na sociedade brasileira dos anos 50 pelo seu anticomunismo exagerado, cunhando até o adjetivo pejorativo de “penabotismo” para aqueles que procuram comunistas em todos os lugares de forma obsessiva⁴⁷. Contudo, como aponta Sá Motta, Lacerda negaria em suas memórias que o seu posicionamento contra o comunismo fosse de caráter “conservador”⁴⁸. Natureza dessa oposição à parte, o fato é que Lacerda usaria o discurso anticomunista para desqualificar os dois candidatos da chapa adversária.

Apesar de toda a crise, as eleições foram realizadas na data prevista. O resultado das urnas foi apertado: Juscelino teve 36% dos votos válidos dados, Juarez Távora veio logo abaixo com 30%, seguido de Ademar de Barros com 26%, e de Plínio Salgado com 8%. A divisão dos votos de São Paulo foi decisiva para garantir a vitória de Juscelino, já que Jânio Quadros (governador do Estado de São Paulo) apoiara Juarez Távora. Com essa nova derrota, a UDN adotaria novamente a prática da contestação do resultado eleitoral com a antiga tese da maioria absoluta e na anulação dos votos dos Comunistas. Carlos Lacerda e Afonso Arinos de Mello Franco atacariam o resultado das eleições junto ao Supremo Tribunal Eleitoral por considerarem nulos os votos dos comunistas em JK, já que estes estariam na ilegalidade. Essa, portanto, seria a principal tese da “Batalha Judiciária” da UDN para tentar impedir a posse dos vitoriosos. Duas frentes, portanto, foram formadas: a “legalista” representada sobre tudo por Afonso Arinos de Mello Franco, e a “golpista” encabeçada por Lacerda.⁴⁹

Os acontecimentos advindos do sepultamento do General Canrobert Pereira da Costa em primeiro de novembro de 1955 aceleraram a crise que se agravaram nas eleições de 3 de outubro. Durante o sepultamento do General, usou da palavra em nome dos militares o Coronel Jurandir Bizarria Mamede. Após os elogios ao falecido, Mamede alimentou argumentos que fortaleceram a argumentação golpista de Carlos Lacerda e do *Clube da Lanterna* atacando Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart pronunciando-se contra a posse dos

⁴⁷ Idem, p. 142-145.

⁴⁸ Idem, p. 174.

⁴⁹ BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O Governo Kubitschek**. Op. Cit., p. 23.

eleitos. Segundo Lacerda em seu jornal, o discurso do Coronel Mamede nada mais foi do que um “desdobramento natural do discurso de Canrobert em homenagem ao Major Vaz no Clube da Aeronáutica”.⁵⁰ Tal discurso provocou feroz a reação do PTB e do PSD na Câmara. O Ministro da Guerra General Henrique Teixeira Lott, seguindo a tradição legalista cara a muitos militares, exige da Presidência que o Coronel fosse punido. Enquanto a crise acerca do discurso começara a entrar na agenda política, Juarez Távora e Milton Campos acusavam as eleições de fraude e ajudam a fortalecer a “Batalha Judiciária” de Afonso Arinos junto ao STE. Contudo, o artigo de Lacerda do dia 03 de novembro “A Lição de Caronbert – antes que seja tarde” é bastante emblemático da tática que a UDN golpista usava para evitar outra derrota e desdenhava a tática “legalista”. Lacerda dota um tom alarmista e pede a intervenção das Forças Armadas para criar um Estado de Exceção em nome da Democracia:

*Não desejo contribuir, nem por um momento, para que se criem ilusões sobre tolices como a “Batalha eleitoral” e outros modos de contemporizar iludindo-se cada qual a si mesmo. Não existe outra opção fora daquela que é, afinal, a única que resta [ilegível] hesitações, a de tornarem as Forças Armadas sobre seus ombros a responsabilidade que lhes incumbe de promover à frente do povo a reforma das instituições nacionais para tornar possível a existência de uma democracia no Brasil resistente à irresponsabilidade e ao comunismo, as duas únicas forças verdadeiramente vitoriosas do dia 3 de outubro último.*⁵¹

Ainda na mesma edição do jornal, Lacerda voltaria a mencionar o episódio da Carta Brandi, agora sob a argumentação golpista para impedir a posse dos vitoriosos nas eleições:

*Se a carta não é verdadeira, o seu conteúdo está de acordo mais ou menos com o que se sabe da vida política do sr. Goulart e das suas pretensões de aplicar ao Brasil a doutrina política do sr. Perón. Não fosse o suicídio do ex-ditador brasileiro e o afastamento dos seus amigos dos postos de comando, e provavelmente antes da deposição do ditador argentino [Perón fora derrubado em setembro do mesmo ano], teríamos tido, no Brasil. Agitações perigosas destinadas a formação de uma República Sindicalista e à exploração política das massas em benefício do sr. Goulart e companheiros.*⁵²

Lacerda continua com ataques aos eleitos, a pedir o golpe e demonstrar total incredulidade a então Constituição vigente:

[...] Temos o dever de dizer a nação, aos chefes militares, inclusive, que a “Batalha eleitoral” é uma farsa, da qual nada há de esperar senão o tempo que o adversário está ganhando para dividir, para intrigar, para criar o “clima de posse” e tornar irremediável a entrega de poder a um grupo do qual o

⁵⁰ Tribuna da Imprensa, 03/11/1955.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Tribuna da Imprensa, 03/11/1954.

Brasil só se livrará por Guerra Civil. [...] Há que negar, sumariamente, à posse aos falsos “eleitos” promover, com urgência, a reforma das instituições para a nova proclamação da república.

A retórica golpista de Lacerda fica cada vez mais explícita. Ainda sobre o polêmico discurso do Coronel Mamede, Lacerda dizia que este serviu para “alertar os brasileiros contra inimigos que, sendo do Brasil, forçosamente serão também das Forças Armadas que, por definição, têm o dever de defendê-lo, acima até da própria lei”. O título da matéria sobre o discurso do Coronel complementa o quadro golpista fazendo referência ao discurso de agosto do falecido General Canrobert: “Pseudolegalidade é aquela que ousa defender a fraude”.⁵³ No dia seguinte, no artigo “A hora das forças armadas”, Lacerda volta a carga pedindo a quebra da legalidade em editorial na primeira página do jornal: “Agora façam os militares o seu dever, que é defender a pátria contra inimigos externos e INTERNOS”.⁵⁴ E continua a criticar da “Batalha Judiciária” da UDN legalista: “uma anedota de mau gosto num país cuja maior crise é, precisamente, a falência do Poder Judiciário”⁵⁵. Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos presidente e vice-presidente respectivamente, são duramente atacados por Lacerda que volta a insistir na derrubada da Constituição de 1946:

A posse desses dois aventureiros irresponsáveis só poderá ser evitada por um ato de força. Nesse mesmo ato se contém a instauração de um regime cuja legalidade tem que ser por ele próprio criada. [...] O problema, já agora, é militar. Inútil fazer mais discursos, inútil escrever novos artigos. Ou os chefes militares já compreenderam isto e vão agir ou não compreenderam e não vão agir. Se não agem, Juscelino e Jango tomam posse. Se agem, eles não tomam posse.

O editorial do *Tribuna da Imprensa* de 09 de novembro tinha como título “Não podem tomar posse”, e sentenciava de forma enfática: “Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse”. Este editorial era uma reedição daquele anterior dedicado a Getúlio Vargas quando da campanha presidencial de 1950. Nos dias seguintes, a crise vai se tornando cada vez mais aguda já que o General Lott continua a insistir na punição do Coronel Mamede. Este continua sendo protegido por Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados e alinhado aos interesses udenistas) que ocupava o cargo de Presidente da República enquanto Café Filho se mantinha afastado por motivos de saúde. Os acontecimentos se precipitaram no dia 10 com o pedido de demissão de Lott do ministério, descontente com a decisão de Luz de não punir Mamede. No dia seguinte, apoiado por outros generais legalistas,

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Idem, 04/11/1955. Destacado no original.

⁵⁵ Ibidem.

volta com as tropas do I Exército e depõe o presidente, naquele que ficou conhecido como o "Golpe da Legalidade" ou "Golpe Preventivo". A presidência é então entregue ao vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, que decreta o estado de sítio por 30 dias e garante, desse modo, a posse de Juscelino Kubitschek. Carlos Luz, alguns ministros, Carlos Lacerda, Almirante Pena Boto e o Coronel Mamede, entre outros, rumaram para Santos a bordo do cruzador *Tamandaré* na manhã de 11 de novembro. A iniciativa fazia parte dos planos do brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica, de organizar a resistência em São Paulo que fora imediatamente frustrada por Jânio Quadros.

CONCLUSÃO

Tentamos mostrar que durante os anos que envolvem a volta de Getúlio Vargas ao Catete após o governo Dutra (sobretudo entre 1950 e 1955) foi marcado por feroz oposição partida da UDN, e principalmente de sua vertente mais radical, identificada na imprensa com o jornalista Carlos Lacerda através de seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*. O atentado da rua Toneleiros em agosto de 1954 o consolidou como um ícone do antigetulismo e a qualquer herança relativa ao ex-ditador, como o Trabalhismo ou qualquer aproximação com o Comunismo (em virtude do movimento *queremista*). Lacerda, que durante o Estado Novo deu sua guinada para a Direita – a despeito do seu passado na ANL na década de 30 – passou a professar a orientação liberal na política e defensor de uma moralidade militante (como dizia o lema da UDN: "O preço da liberdade é a eterna vigilância"). Entretanto, como assinala Maria Vitória Mesquita Benevides, o "liberalismo brasileiro" sempre foi marcado pela ambigüidade, muitas vezes confundido com o simples conservadorismo e reacionarismo. A UDN, formada inicialmente como um movimento antigetulista bastante heterogêneo que agregava setores de diversas correntes ideológicas, aos poucos vai sendo dominada por uma elite conservadora (apesar de nunca ter tido uma verdadeira "unidade") não conseguiu deixar de lado sua origem autoritária e proprietária. Demonstrando grande desconfiança em relação à vontade do povo nas urnas, a UDN professava uma democracia pura, limpa, imaculada e "verdadeira". Qualquer traço na legislação brasileira ou no quadro partidário que fosse identificado como herança do ex-ditador ou infiltração esquerdista, era imediatamente tomado como "prova" de que aquela democracia não era legítima. Esse discurso autoritário dos liberais da UDN defendia que para se construir a "verdadeira" democracia, ou seja, aquela onde seus interesses seriam soberanos e incontestes, a democracia negociada em 1945, e consolidada com a constituição de 1946, poderia ser derrubada por um golpe em nome dela mesma. Esse discurso foi fortemente

trabalhado por Carlos Lacerda em seu jornal e durante sua atuação política, influenciando a opinião pública brasileira – sobretudo a classe média que sempre se portava temerosa em relação qualquer movimentação radical de esquerda no Brasil –, encarasse a democracia vigente como algo ainda não consolidado, ou insuficiente para “limpar” o Brasil de qualquer ameaça que colocasse em risco “bom caminho” que a UDN traçara e acreditava como ideal.